

PROCESSO SELETIVO – N. 04/2023

Área de Conhecimento: Fundamentos da Administração Pública

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO: 01

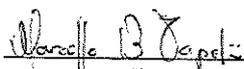
Considerando a bibliografia de DEMO, P. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

Demarcação entre ciência x senso comum x ideologia. Essa demarcação não é fixa, nem estanque. O autor estabelece um *continuum* que mostra a interpenetração entre eles. Numa ciência aplicada e que está relacionada com a política como a Administração Pública isso é evidente, há sempre uma relação entre ciência, senso-comum e ideologia. Entretanto, há diferenças entre esses saberes, segundo o autor. O senso comum seria o conhecimento acrítico imediato, que advém das experiências sensíveis do sujeito. Já a ideologia seria um conhecimento justificador, relacionado aos valores do sujeito. Não há ciência sem ideologia, porém é importante que se privilegie uma objetivação, dando maior lugar ao fenômeno e a sua investigação que as justificações.

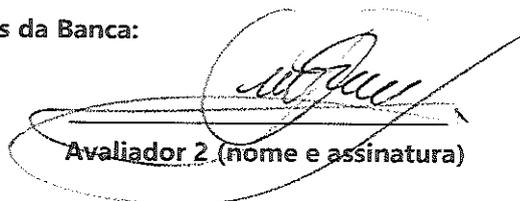
Crítérios internos de cientificidade. **Coerência:** não ter argumentos contraditórios; ter uma boa estruturação dos argumentos; desdobramento progressivo do tema, com começo, meio e fim e; produzir dedução lógica de conclusões. Num trabalho científico é importante que se partam de questões embasadas em análise de outros trabalhos e que sejam traçados objetivos relacionados a essas questões. O estudo, seja teórico ou empírico, deve ajudar a responder essas questões e os resultados devem ser coerentes com os objetivos, produzindo conclusões que contribuam para fazer avançar o conhecimento no tema. **Consistência:** conhecimento baseado em uma fundamentação teórica atual e relevante que é tratada no trabalho. Produção de argumentos consistentes e sustentados em autores e em outros trabalhos científicos de relevância anteriormente construídos. **Originalidade:** parte de questões inquietantes, que trazem alguma nova contribuição para o debate (parte de uma lacuna ou complementa determinado campo científico). A originalidade consiste na contribuição genuína ao conhecimento, a partir da delimitação de fenômenos e questões que demandam novas respostas e maior compreensão. **Objetivação:** que busca reproduzir a realidade, que dá importância para o fenômeno pesquisado e busca ser fiel aos dados coletados. A objetivação "significa a tentativa – nunca completa – de descobrir a realidade social assim como ela é, mais do que gostaríamos que fosse" (p.20). Não há, para Demo, conhecimento objetivo, portanto, o critério de objetividade é substituído pela objetivação - aproximação sistemática ao objeto a partir das evidências da realidade.

Crítérios externos de cientificidade. **Intersubjetividade:** importância da aprovação por pares, da legitimação no campo (ex: publicação, avaliação em banca etc.). **Divulgação:** importância da difusão científica, do reconhecimento público da produção científica (aplicação do conhecimento, contribuição e impacto social, premiações, difusão nas redes etc.).

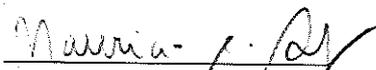
Membros da Banca:



Avaliador 1 (nome e assinatura)



Avaliador 2 (nome e assinatura)



Presidente da banca

PROCESSO SELETIVO – N. 04/2023

Área de Conhecimento: Fundamentos da Administração Pública

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO: 02

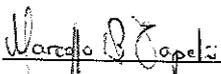
Considerando a bibliografia GOLDSMITH, S.; EGGERS, W. D. *Governar em rede: o novo formato do setor público*. Brasília, DF: ENAP, São Paulo: UNESP, 2006.

Dois pontos são relevantes a serem abordados nesta questão.

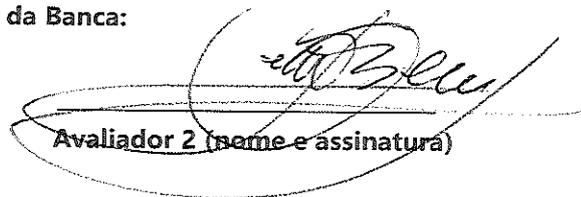
Ponto 1: O(a) candidato(a) deverá abordar os desafios relativos à **estrutura e negociação**. Será preciso discorrer que nos modelos de governo em rede, a estrutura precisa garantir minimamente que os recursos estejam direcionados para o interesse público. A estrutura, especialmente os servidores, mesmo quando na utilização de parceiros ou recursos privados, precisa garantir o propósito público no uso de recursos e que a participação privada seja de acordo com este propósito.

Ponto 2: O(a) candidato(a) deverá abordar os desafios relativos à **ordem administrativa**. De acordo com Goldsmith e Eggers (2006, p.39) "Um grande obstáculo: os sistemas organizacionais, administrativos e de pessoal do governo foram estruturados para operar dentro de um modelo de governo hierárquico e não em rede, e as duas abordagens muitas vezes colidem. Administrar um portfólio de redes de prestadores de serviços é muitíssimo diferente de administrar divisões de servidores. Requer uma forma de administração pública muito diferente daquela que os governos e seus cidadãos estiveram acostumados a ter ao longo dos últimos 100 anos". Assim, o(a) candidato(a) precisa discorrer sobre este ponto, da adaptação administrativa. Pode, ainda, complementar ou sugerir a questão do preparo do servidor público, que muitas vezes não receberam uma formação específica sobre **gestão em redes**, tendo vivenciado a gestão no sistema hierárquico tradicional.

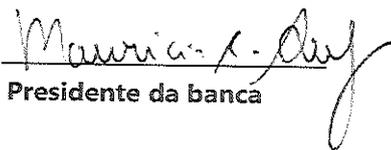
Membros da Banca:



Avaliador 1 (nome e assinatura)



Avaliador 2 (nome e assinatura)



Presidente da banca

PROCESSO SELETIVO – N. 04/2023

Área de Conhecimento: Fundamentos da Administração Pública

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO: 03

Considerando a bibliografia: LOBO, C.; LUSTOSA, D.; PAZ, A. D. Os desafios da descentralização e capacidade estatal no contexto do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). In: XIMENES, D. de A. (org.). *Implementação de políticas públicas: questões sistêmicas, federativas e intersetoriais*. Brasília, DF: ENAP, 2018. pp. 125-171.

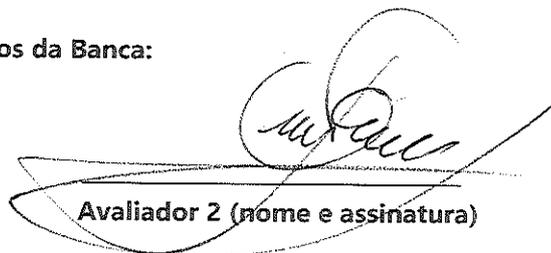
Descentralização e participação. Apesar de não existir uma conceituação por parte dos autores no texto, definir descentralização e participação é essencial para trabalhar com a Administração Pública. Os autores apresentam vários aspectos, como por exemplo, no caso da descentralização, deve haver a transferência de atividades e de prestação de serviços de nível federal para níveis estaduais e municipais, bem como para organizações da sociedade civil. No caso da participação, destacam que ela envolve não somente a questão da prestação dos serviços, mas também a fiscalização, o controle, a formulação e a gestão dos serviços públicos. numa perspectiva de integração de movimentos e grupos sociais com o Estado.

Elementos descritos pelos autores para a geração de benefícios. Na p. 129 tem-se a primeira abordagem do assunto: “para que descentralização e participação venham a se reforçar é preciso criar canais de interação e articulação entre os formuladores e os beneficiários das políticas sociais. Devem ser estabelecidos espaços para que a sociedade possa expressar sua opinião, defender suas prioridades e, ao mesmo tempo, avaliar as políticas implementadas. Se esses canais ou instrumentos de diálogo não existirem ou forem inócuos, descentralização pode não resultar em maior participação.” O Estado necessita ampliar sua capacidade de planejamento das políticas públicas e superar diferenças regionais e político-partidárias. É preciso aumentar também a capacidade do pessoal técnico-administrativo em todos os níveis de governo, bem como nas organizações da sociedade civil. É necessário também cuidar das transferências a serem feitas a milhares de entidades em níveis inferiores de governo. Pode-se destacar também a seguinte passagem: “Para Abrúcio (2005), a descentralização requer um projeto nacional e a construção de novas capacidades das esferas governamentais, inclusive do Governo Federal, que deve se habilitar para o exercício da coordenação federativa. Essa função consiste em adotar formas de integração, compartilhamento e decisão entre os entes federados, mediante regras legais, fóruns, mecanismos políticos de negociação intergovernamental e funcionamento de instituições representativas.” (p. 141).

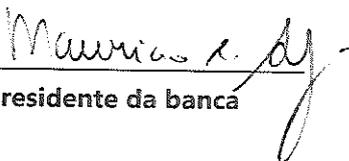
Membros da Banca:



Avaliador 1 (nome e assinatura)



Avaliador 2 (nome e assinatura)



Presidente da banca

PROCESSO SELETIVO – N. 04/2023

Área de Conhecimento: Fundamentos da Administração Pública

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

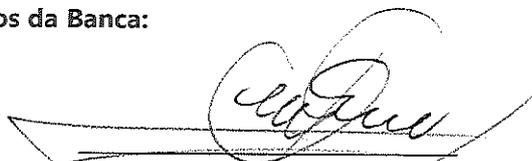
QUESTÃO: 04

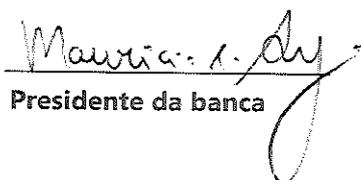
Considerando a bibliografia: ANDION, Carolina. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2012, v.10, n.1, p. 01-19 e SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 2, p. 347-369.

Sobre as teses dos autores. Secchi (2009) enfatiza mais a literatura internacional e sua aplicação nas reformas administrativas. Para o autor, as reformas da administração pública transformam-se facilmente em políticas simbólicas, e que políticos e burocratas tentam manipular a percepção do público em relação ao desempenho dos governos. Não são raros os esforços de reforma da administração pública que avançam mais em autopromoção e retórica do que em fatos concretos. Segundo o autor, qualquer verificação empírica sobre reformas da administração pública deve estar atenta aos aspectos incrementais de mudança organizacional. Ao invés de falar em ascensão, predomínio e declínio de modelos organizacionais, talvez seja mais frutífero falar em um processo cumulativo de mudanças nas práticas e valores. Analiticamente um pesquisador pode encontrar fragmentos de burocracia, APG, GE e GP dentro de uma mesma organização. Até mesmo o patrimonialismo pré-burocrático ainda sobrevive por meio das evidências de nepotismo, gerontocracia, corrupção e nos sistemas de designação de cargos públicos baseados na lealdade política. Já Andion (2012) explora o campo científico nacional e se contrapõe ao argumento da Keinert que apresenta uma visão evolutiva do campo da AP no Brasil. Segundo a autora, mais do que ruptura, há uma continuidade paradigmática presente nos estudos do campo em questão. A hipótese central do seu texto é de que, embora tenhamos assistido a mudanças paradigmáticas nas duas últimas décadas, o campo da administração pública ainda é dominado - assim como nas ciências sociais e na teoria de organizações - por uma concepção funcionalista da ciência. Nesse sentido, ambos os autores tentam desmistificar uma visão evolutiva da administração pública e a ideia de que o modelo mais recente é sempre o melhor e supera o anterior. Embora estejam tratando de leituras distintas, Secchi mais interessado em mostrar como os modelos podem influenciar as reformas e Andion tratando do campo científico, ambos defendem que há mais continuidade e incrementalismo que mudanças bruscas no campo.

Membros da Banca:


Avaliador 1 (nome e assinatura)


Avaliador 2 (nome e assinatura)


Presidente da banca